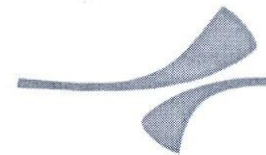




UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



COMUNICADO nº 04/SELEÇÃO PPGD 2016 – 11 de janeiro de 2016.

O Coordenador do Mestrado em Direito da Faculdade de Direito de Alagoas – FDA/UFAL, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR DEFINITIVAMENTE** as inscrições abaixo listadas, referentes ao Processo Seletivo para o Curso de Mestrado em Direito (Edital nº 41/2015-PROPEP/UFAL/DIREITO).

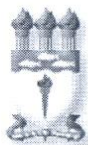
Informa ainda aos interessados que os nomes não incluídos na lista tiveram sua inscrição indeferida por conta da inobservância dos prazos e/ou requisitos constantes do edital.

Por oportuno, salienta que a **prova dissertativa de conhecimentos jurídicos** será realizada no dia **13/01/2016**, nas salas de aula da **Faculdade de Direito de Alagoas – FDA/UFAL** (Campus A. C. Simões, BR 104 - Norte, Km 97 - Tabuleiro do Martins – Maceió/AL). A prova iniciará às **14:30h (horário local)**, devendo os candidatos comparecerem com, no mínimo, **1 hora de antecedência**, sob pena de desclassificação do processo seletivo.

Por fim, registra que o ingresso na sala dependerá da apresentação de documento de identificação com foto, sendo vedado ao candidato portar materiais impressos para consulta ou qualquer tipo de equipamento eletrônico, inclusive telefone celular.

A lista com as inscrições homologadas é a seguinte:

	NOME COMPLETO	CPF	LINHA DE PESQUISA	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA
1.	ALESSANDRO SAMARTIN DE GOUVEIA	035.503.214-73	01	MEDIDAS NECESSÁRIAS A SEREM ADOTADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INTERMEDIADOR DOS SISTEMAS SANITÁRIO E JUDICIAL NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE
2.	ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS	824.384.714-68	01	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA: DIREITO FUNDAMENTAL À JUSTA PERSECUÇÃO PENAL



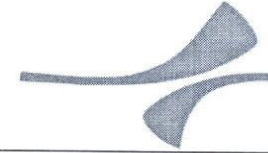
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



3.	ALINE DAIANE SILVA	039.300.824-03	01	(OS CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE AGRESSORES COMO ESTRATÉGIA NECESSÁRIA AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DE ALAGOAS: UM A ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS ARTS. 35 45 DA LEI 11340/2006 À LUZ DA CRIMINOLOGIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA MODERNIDADE
4.	AMANDA GABRIELA GOMES DE LIMA	053.906.764-40	01	FEMINICÍDIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DAS CRIMINOLOGIAS FEMINISTAS
5.	ARY DE MEDEIROS LAGES FILHO	033.248.664-80	01	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO VISANDO A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO ÂMBITO MUNICIPAL
6.	AUGUSTO DE VASCONCELOS SILVA	843.244.494-49	01	A OMISSÃO DE REGULAMENTAÇÃO DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CONTROLADOR EXTERNO DAS ATIVIDADES POLÍCIAS: SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO
7.	BRUNO DE LIMA ACIOLI	077.079.154-96	01	O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÕES NA INTERNET: RECONHECIMENTO, APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DESTE DIREITO NO BRASIL
8.	CARINA CANUTO SOARES AMADOR	054.812.114-16	01	A (IN)EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM CASO DE ABUSO SEXUAL FAMILIAR: ANÁLISE DE CASOS EM ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS NA CIDADE DE MACEIÓ/AL
9.	CARINE CHAMBRES	068.050.104-54	01	RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA BUSCA PELA RESSOCIALIZAÇÃO: COMO É POSSÍVEL VIVER APÓS O CÁRCERE
10.	CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA	052.167.014-43	01	ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NA CRIMINALIDADE INFORMÁTICA E A COMPATIBILIDADE ENTRE O DIREITO POSTO E O GARANTISMO PENAL
11.	CARLOS ALBERTO SANTOS ARAGÃO DE LIMA	059.976.834-78	01	O ARCABOUÇO JURÍDICO BRASILEIRO E AS NORMAS INTERNACIONAIS NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
12.	CÍCERO ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA	049.061.194-09	01	ATIVISMO JUDICIAL: NECESSIDADE NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES?



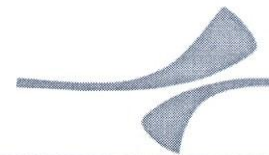
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



13.	DANIEL ALLAN MIRANDA BORBA	052.172.504-61	01	A INCOMPATIBILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DO TRABALHADOR MIGRANTE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM OS TRATADOS INTERNACIONAIS RATTIFICADOS PELO BRASIL
14.	DANIELA CAMPOS CERULLO WANDERLEY	033.407.154-24	01	MEDIAÇÃO E ALIENAÇÃO PARENTAL: DIVERSIFICANDO O ACESSO À JUSTIÇA? CONSIDERAÇÕES SOBRE O VETO AO ARTIGO 9º DA LEI 12.138, DE 26/8/10 (LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL) E A EDIÇÃO DO NVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
15.	DIOGO VIEIRA DA CUNHA DO AMARAL REIS	055.604.164-01	01	DA CRISE AMBIENTAL AO “ESVERDEAMENTO” DA LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E IMPLICAÇÕES NA MOBILIDADE URBANA DE MACEIÓ
16.	DOUGLAS DE ASSIS BASTOS	056.339.474-95	01	TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA CRIMINAL: ENTRE ALTERNATIVA PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAIS À EXPANSÃO DO SISTEMA PENAL
17.	EDUARDO ALBERTO KERSEVANI TOMÁS	162.890.438-03	01	A LEGALIZAÇÃO OU DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E O DIREITO DO NASCITURO
18.	EDUARDO TEIXEIRA ARAÚJO	038.419.294-78	01	DIREITO PENAL DO INIMIGO: MAXIMIZAÇÃO DO DIREITO PENAL, EMERGÊNCIA SOCIAL, LIMITES CONSTITUCIONAIS PENAIIS
19.	ELITA ISABELLA MORAIS DORVILLÉ DE ARAÚJO	073.933.064-09	01	CRIMINOLOGIA CRÍTICA DO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 13.104/15 (LEI DO FEMINICÍDIO) A PARTIR DA NECESSIDADE DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO
20.	EMMANUEL FERREIRA ALVES	057.428.094-41	01	PANJUSFUNDAMENTALIZAÇÃO: O PERIGO DA INEFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO CONSEQUÊNCIA DA CLÁUSULA DE ABERTURA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
21.	FÁBIO ANTÔNIO NETO GÊDA JÚNIOR	090.516.624-83	01	HOMICÍDIO SEM CADÁVER: A VIABILIDADE DA IMPUTAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
22.	FANNYELAISA ALVES DE OLIVEIRA COSTA	055.318.254-47	01	POLÍTICAS PÚBLICAS: A APLICABILIDADE DE LEI FEDERAL 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009 E O FOMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA ZONA DA MATA ALAGOANA



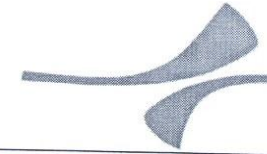
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



23.	FERNANDO CÉSAR NOGUEIRA	282.967.958-09	01	A SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS ECONÔMICOS E SOCIAIS
24.	FLÁVIA DA COSTA SILVA	060.846.624-71	01	FAMÍLIAS PLURIPARENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES NA BUSCA DA MÁXIMA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
25.	GUILHERME EMANNUEL LANZILLOTTI ALVARENGA	104.097.967-00	01	POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA
26.	GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES	078.625.577-35	01	O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E A SUA INCIDÊNCIA NOS BENS PÚBLICOS POR MEIO DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA
27.	HENRIQUE GUERRA STUDART	084.630.664-61	01	A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TÓXICOS À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA: DO RECONHECIMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
28.	HUGO MARINHO EMÍDIO DE BARROS	064.521.614-31	01	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A EFETIVIDADE PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE DA LEI Nº 9474/1997 À LUZ DO BINÔMIO FORMADO PELO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SEGURANÇA NACIONAL
29.	ITHIARA CARLA LEITE PEIXOTO	084.627.734-40	01	O DIREITO FUNDAMENTAL À ENERGIA ELÉTRICA E O PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE APLICADO AO ICMS EM CONTEXTO DA CRISE ENERGÉTICA E AMBIENTAL
30.	JANAÍNA HELENA DE FREITAS	055.322.866-80	01	ONDE O ESTADO NÃO CHEGA: A ASSESSORIA POPULAR COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO E DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS
31.	JÉSSICA ALESSANDRA ARAÚJO FERREIRA LEÃO	085.291.464-41	01	AUTOS DE RESISTÊNCIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE À LUZ DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
32.	JÉSSICA ANTUNES FIGUEIREDO	060.540.974-42	01	A IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE DE RESULTADOS NAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: O DESAFIO DA FLEXIBILIZAÇÃO E ACCOUNTABILITY



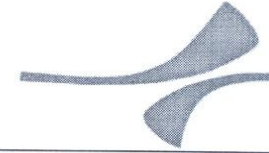
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



33.	JÉSSICA FERREIRA NUNES	075.603.604-67	01	DA FINALIDADE PROTETIVA DO DIREITO PENAL: ENTRE OS DIREITOS DAS VÍTIMAS E DOS CRIMINOSOS NA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA SISTÊMICA-TELEOLÓGICA
34.	JOÃO ARTHUR ALVES DE SOUZA	084.795.474-99	01	DIREITO À CIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL E SUA APLICABILIDADE PELO PLANO DIRETOR DE MACEIÓ: O CASO PRÁTICO DE CRUZ DAS ALMAS
35.	JOÃO PEREIRA JÚNIOR	022.817.824-09	01	A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO
36.	JONADABE CARVALHO ALVES E SILVA SANTOS	079.153.714-52	01	PARADOXO ENTRE A GARANTIA AO MÍNIMO EXISTENCIAL E A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO IMPACTANDO A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO
37.	JOSÉ CÍCERO NUNES CORREIA	350.378.814-04	01	INCIDÊNCIA DA CRIMINALIDADE: APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIO, NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS VERSUS URGÊNCIA DA PUNIÇÃO E RISCO DE RETROCESSO SOCIAL
38.	JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS NETO	070.632.914-75	01	PROGRAMA DE PERSECUÇÃO DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITO FUNDAMENTAIS NO ESTADO DE ALAGOAS
39.	JULIANA THAÍS SANTOS RIBEIRO	070.084.674-35	01	A EFETIVA APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ALGEMADO NAS ATIVIDADES POLICIAIS: O EMPREGO IRREGULAR DAS ALGEMAS E A EXPOSIÇÃO SENSACIONALISTA MIDIÁTICA
40.	JÚLIO CÉZAR DA SILVA CASTRO	014.998.044-23	01	ATIVISMO JUDICIAL NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES INSTITUCIONAIS FRENTE A UM NOVO PERFIL DO PODER JUDICIÁRIO
41.	KARINNY GUEDES DE MELO VIEIRA	091.017.154-88	01	CEMITÉRIO DOS ESQUECIDOS: DA NOÇÃO DE PERICULOSIDADE COMO FUNDAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA DESINTERNAÇÃO A PARTIR DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 527 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
42.	KATIANE LAMENHA EVARISTO DA SILVA	007.464.184-00	01	A GARANTIA CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO NAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE LIBERDADE IMPOSTAS AOS ADOLESCENTES INFRATORES



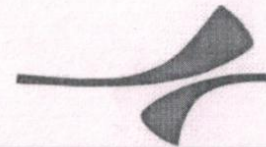
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



43.	LARISSA CAVALCANTE MENDES	042.077.484-07	01	SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: PANORAMA DE UM CONTEXTO DEMOCRÁTICO EM TRANSFORMAÇÃO
44.	LEANDRO DA SILVA MONTEIRO	050.349.894-76	01	O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL
45.	LUCAS ROJAS ALVES FEITOZA	007.691.244-29	01	CO-CULPABILIDADE PENAL COMO CONSEQUÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO, PELO ESTADO, DO CONTRATO SOCIAL: LEGITIMAÇÃO E UMA ANÁLISE DOS SEUS EFEITOS E RELEVÂNCIA NO MOMENTO DA FIXAÇÃO DA PENA.
46.	LUZIA APARECIDA BRASIL DA SILVA	027.662.024-04	01	VIOLÊNCIA SEXUAL E CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA NUMA PERSPECTIVA PRINCÍPIOLÓGICA DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE
47.	MARCIAL DUARTE COELHO	009.137.924-54	01	DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA E O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE: POSSÍVEIS IMBRICAÇÕES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO
48.	MÁRCIO ROBERTO TORRES	011.641.914-89	01	PRAGMATISMO E DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: POSSIBILIDADES DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL NA ANÁLISE ECONÔMICO DO DIREITO
49.	MARCUS VINÍCIUS LOPES DA SILVA	817.180.631-72	01	O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE AFETADO PELO MECANISMO PSICOLÓGICO DA TRANSFERÊNCIA – APLICAÇÃO DA CONTRATRANSFERÊNCIA COMO FORMA DE EVITAR O VIÉS
50.	MARIA EDUARDA LUCENA DE AZEVEDO RAMOS	090.859.414-31	01	EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA
51.	MARIA LUIZA OLIVEIRA PEDROSA	070.588.374-10	01	O DIREITO PENAL DO INIMIGO X INTERVENÇÃO MÍNIMA: VISÃO SOB A LUZ DA NOVA TENDÊNCIA GARANTISTA
52.	MARIANA OLIVEIRA DE MELO CAVALCANTI	079.542.664-00	01	PARA ALÉM DO SOPESAMENTO – A INCOMENSURABILIDADE ENTRE PRINCÍPIOS SOB A ÓTICA PRAGMÁTICO-CONSEQUENCIALISTA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO
53.	MARIANNY RAYNARA SILVA DOS SANTOS	095.525.854-57	01	OS INSTRUMENTOS NÃO NORMATIVOS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COMO PARÂMETRO PARA CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE



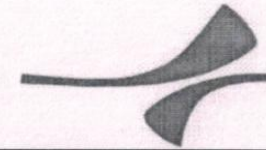
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



54.	MÍRIAM CLARISSA PONTES ROLIM	083.205.554-93	01	O PLURALISMO JURÍDICO NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DE SUAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA
55.	NATÁLIA TENÓRIO FIREMAN CAMELO	058.696.794-00	01	A REPERCUSSÃO DA INTERVENÇÃO LEGISLATIVA DO PODER EXECUTIVO POR MEIO DE MP EM PROL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS PREVIDENCIÁRIOS
56.	NAYANE LAYS DE OLIVEIRA LIMA	055.380.324-77	01	DEFENSORIA PÚBLICA: A EFETIVIDADE E EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA
57.	NIGEL STEWART NVES PATRIOTA MALTA	091.809.504-26	01	A INTERPRETAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PENA: ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA SOBRE A VALORAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DOS ANTECEDENTES
58.	OSCAR RAUL LIMA FILHO	008.716.984-39	01	ESBOÇO SÓCIO-JURÍDICO ACERCA DAS DEMANDAS DE MASSA SEU CUSTO EFETIVO EM FACE DA PERSONALIZAÇÃO JUDICIAL
59.	PATRÍCIA DOS SANTOS BELÉM LOPES	026.483.404-67	01	O SISTEMA PROPORCIONAL ELEITORAL E A SOBERANIA POPULAR
60.	PATRÍCIA LUIZA MENEZES	786.169.724-04	01	GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO CAMPO DO DIREITO PENAL EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
61.	PAULA LAÍSE DE VASCONCELOS RIBEIRO	051.581.794-50	01	INTERNACIONLIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A DIMENSÃO SOCIAL DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO E O NEOCONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO
62.	PAULO GUSTAVO LIMA E SILVA RODRIGUES	061.506.294-65	01	A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS IMPOSTAS PELO TRIBUNAL DO JÚRI EM FACE DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS
63.	POLYANA TENÓRIO DE FREITAS E SILVA	065.834.124-38	01	O ADVENTO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM RELAÇÃO À LIBERDADE DE IMPRENSA
64.	RAFAELA CARLA AMBRÓSIO SILVA	076.968.144-19	01	A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO COMO POSSIBILIDADES PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS EM MACEIÓ
65.	RAÍSA KELLYNE RODRIGUES DE OLIVEIRA LEÃO	100.616.234-82	01	A QUESTÃO DO ABORTO NO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO PENAL: ANÁLISE DOS NOVOS PERMISSIVOS LEGAIS PROPOSTOS NO PLS Nº 236/12 À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL E PERSONALÍSSIMO À VIDA
66.	RAISSA COSTA SILVA	088.645.114-07	01	REGULAMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO



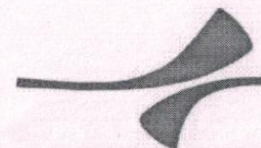
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



67.	RAPHAELA TEREZA LIRA ALENCAR CALHEIROS	014.267.754-07	01	SISTEMA PENITENCIÁRIO ALAGOANO: A (IN)VISIBILIDADE DA PERSPECTIVA DE GÊNERO
68.	RENATA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA ARANTES	712.566.011-87	01	O DIREITO DE SER DEIXADO EM PAZ: FUNDAMENTAL NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO
69.	RICARDO CERQUEIRA LIMA DE CARVALHO	077.975.874-93	01	IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA COMO TRANSAÇÃO PENAL NO CASO DO CRIME DO ARTIGO 28 DA LAI 11.343/06
70.	RÍDINA RAMOS LEITE	048.636.984-61	01	GARANTIR O DIREITO SOCIAL À MORADIA E OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS, NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES SEM INFRAESTRUTURA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
71.	RITA DE CÁSSIA LEITE AZEVEDO RÉGIS	030.602.584-14	01	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DO DIREITO À FORMAÇÃO E AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURÍDICA
72.	ROSIANE MARINHO DIAS	777.739.504-15	01	A EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL FRENTE AO DANO MORAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE
73.	SILVIANE BARBOSA DA SILVA	051.041.364-18	01	A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO GARANTIA DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A PROBLEMÁTICA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO ALAGOANO
74.	STARLEY JONNES PINHO FERNANDES	634.548.743-00	01	A RECUSA ÀS TRANSFUSÕES DE SANGUE POR SEGUIDORES DA RELIGIÃO TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À VIDA E A LIBERDADE DE CRENÇA E CONSCIÊNCIA DO PACIENTE MAIOR E CAPAZ
75.	THALES LINS DE BARROS PINO	093.508.924.13	01	O DIREITO PREVENTIVO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA (11.340/2006)
76.	THAYNNÁ LAYDIR SILVA MARTINS COELHO	060.564.224-30	01	A ELABORAÇÃO DAS LEIS PENAS O SISTEMA DEMOCRÁTICO ATUAL: A IMPORTÂNCIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO LEGITIMAÇÃO DA TUTELA PENAL DE BENS JURÍDICOS
77.	WANDERSON TENÓRIO DE ALBUQUERQUE	076.717.714-22	01	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE, COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS, EM UMA SOCIEDADE DE RISCO: UMA ANÁLISE DO DESCARTE DE RESÍDUOS HOSPITALARES PELOS HOSPITAIS EM MACEIÓ



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



78.	WANDESLANN BELÉM LOPES	033.628.734-80	01	IMORALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE DA IMUNIDADE FORMAL PARLAMENTAR
79.	WESLEY KELVIN DA COSTA FERNANDES	084.631.264-64	01	DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À HABITAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE RUA DE PALMEIRAS DOS ÍNDIOS: UM ESTUDO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE COTAS NOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL “MINHA CASA, MINHA VIDA” E “MINHA CASA MELHOR”, EM FAVOR D GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL DO SER HUMANO
80.	AILTON CAVALCANTE BARROS	105.313.764-86	02	A PENHORA DE MÃO PRÓPRIA COMO FORMA DE COMPENSAÇÃO EM EXECUÇÃO FISCAL E SUA (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO
81.	ANDRÉ LUIZ DA COSTA MELO	059.281.244-81	02	MUDANÇA DO PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PASSAGEM PARA O MODELO GERENCIAL VERSUS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA: UM ESTUDO SOBRE SE HÁ COMPLEMENTARIDADE DE UM COM O OUTRO
82.	ANTÔNIA DANIELA CARVALHO DOS SANTOS STECCONI	889.352.804-53	02	O ESTATUTO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, LEI Nº 13.146/2011 E O IMPACTO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO DA INCAPACIDADE CIVIL E NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
83.	CAROLINA FRANCISCA CAVALCANTE	064.097.364-79	02	A PROBLEMÁTICA DOS MUNICÍPIOS INVIÁVEIS SOB A ÓTICA DO PACTO FEDERATIVO
84.	CECÍLIA MONTE XAVIER DE SOUZA	042.996.284-38	02	A LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA: A EXPECTATIVA DOS CONTRIBUINTES E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LEGÍTIMO
85.	DANILO MOURA LACERDA	037.963.924-66	02	O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA COMO LIMITE À AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA
86.	DÊNIS GUIMARÃES DE OLIVEIRA	049.024.864-07	02	A PRESTAÇÃO (DES)CENTRALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DO CRITÉRIO ATIVIDADE-FIM/ATIVIDADE-MEIO NA ESCOLHA DO PRESTADOR
87.	DIOGO CARDOSO DE BRITO ALBUQUERQUE	007.628.594-40	02	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DISCIPLINAR DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO
88.	EDNALDO MIGUEL DA SILVA JÚNIOR	080.280.454-02	02	A COMPETÊNCIA NORMATIVA ABSTRATA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO DIREITO BRASILEIRO



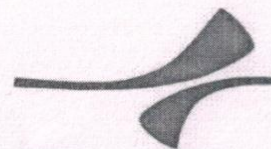
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



89.	EDUARDO HENRIQUE COSTA	052.326.874-25	02	PUBLICIDADE INFANTIL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: POSSIBILIDADE E LIMITES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
90.	FÁBIO AUGUSTO CARVALHO PEIXOTO	085.111.384-46	02	A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
91.	FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA NETO	053.220.994-09	02	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE
92.	GERALDO MAGELA FREITAS TENÓRIO FILHO	068.332.374-17	02	AS LICENÇAS CRATIVE COMMONS E O USO JUSTO DAS CRIAÇÕES NO ESPÍRITO COMO INSTRUMENTOS JURÍDICOS PROPULSORES DA NOVA PERSPECTIVAS AUTORAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DO MONOPÓLIO À EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
93.	GLÁUCIO GUIMARÃES MEDEIROS	034.918.264-70	02	A PLURINORMATIVIDADE ADMINISTRATIVA COMO OBSTÁCULO À APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ATINENTES AO SERVIDOR PÚBLICO
94.	GUSTAVO GUILHERME MAIA NOBRE SILVA	063.656.024-48	02	ARGUMENTOS CONSEQUENCIALISTAS NAS DECISÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS: REFLEXOS ECONÔMICOS NA FORMAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL FISCAL
95.	GUSTAVO HENRIQUE GONÇALVES NOBRE	076.858.504-00	02	TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: BALIZAS PARA UMA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL
96.	HÉLIO FELIPE FREITAS DE ALMEIDA SILVA	023.197.574-06	02	DIREITO À EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE MÉDIO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL
97.	JAMSON JOSÉ DA SILVA	073.438.294-40	02	OMISSÃO LEGISLATIVA ACERCA DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL <i>POST MORTEM</i> SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS, MAIS PRECISAMENTE NO ÂMBITO DE FAMÍLIA E SUCESSÓRIO
98.	JOÃO BATISTA DE FRANÇA SILVA	013.593.194-09	02	FATO, PROVA E VERDADE: UMA ABORDAGEM SOB A PERSPECTIVA DA INCIDÊNCIA JURÍDICA



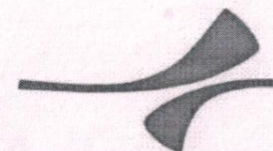
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



99.	JOSÉ PAULO COSTA VIEIRA	872.098.454-53	02	A INCONSTITUCIONALIDADE NO EMPREGO DAS POLÍCIAS MILITARES EM DESPORTIVAS À LUZ DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
100.	JOSÉ TENÓRIO NUNES FILHO	053.181.324-05	02	O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUA CONCRETIZAÇÃO NA FASE INTERNA DAS CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA: OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E LEGALIDADE; A ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO; E O MODELO ADMINISTRATIVO ORGANIZACIONAL
101.	LAILA SOARES CAVALCANTE	057.265.074-44	02	APLICABILIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS
102.	LAURO LYRA AGUIAR	066.421.764-80	02	A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NAS MEDIDAS LEGAIS E JUDICIAIS PARA O CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO
103.	LUANA KAREN DE AZEVEDO SANTANA	048.843.195-67	02	SOBREPOSIÇÃO DO ESTADO ÀS OBRIGAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE A REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA DA PUBLICIDADE INFANTIL
104.	LUCAS TELES BENTES	075.695.684-60	02	OS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS CONCEDIDOS PELA LEI DO PRODESIN NO ESTADO DE ALAGOAS E O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO CONSTITUCIONAL
105.	MARIA MICHELLE DE ARAÚJO CORDEIRO	030.807.044-52	02	O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO TRATAMENTO DIFERENCIADO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A INCONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO DE PREFERÊNCIA ABSOLUTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
106.	MICHELLE GONÇALVES DE ARAÚJO JORGE	024.070.874-10	02	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO RISCO DE DANO: PERSPECTIVAS JURÍDICAS DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO FRENTE À AUSÊNCIA DE TRATAMENTO ESPECÍFICO PARA AS INVENÇÕES NANOTECNOLÓGICAS
107.	MICHELLE GUIMARÃES LIMA CABRAL	000.828.534-95	02	A RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL POR DANOS AO CONSUMIDOR QUANTO AO SURGIMENTO DE VÍCIOS FORA DOS PRAZOS TÉCNICOS DE GARANTIA, NA VIGÊNCIA DA NORMA TÉCNICA DE DESEMPENHO (NBR 15575:2013)



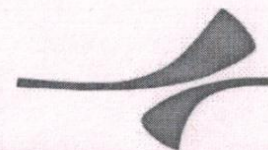
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



108.	NAYANE LINS TORRES	095.282.174-51	02	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE SUBSTITUIÇÃO DA VONTADE DO DOADOR DO SÊMEN NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA PELA VONTADE DE TERCEIROS
109.	PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE	039.172.434-74	02	ATOS DE CONCENTRAÇÃO MONOPOLIZADORES EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS – UMA ANÁLISE DA (IN)APLICABILIDADE DA <i>FAILING COMPANY DEFENSE</i> COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
110.	PAULA FAZIO FIALHO FERNANDES	540.215.614-04	02	ARBITARGEM: DO DIREITO CIVIL AO TRABALHISTA, UMA VIA PARA A EFETIVAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA
111.	RAULINA MARINHO DE ASSIS	057.838.625-92	02	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NOS DANOS DECORRENTES DE OMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
112.	RITA DE CÁSSIA SILVA	478.431.284-68	02	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NAS RELAÇÕES ENTRE O CONSUMIDOR E O FORNECEDOR COM OS PRECEITOS FUNDAMENTAIS
113.	RONALD PINHEIRO RODRIGUES	094.958.794-00	02	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL: A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL NA CONTRAFAÇÃO DE MARCAS FRENTE AO PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR
114.	SAMEA RAFAELLA TORRES TENÓRIO MASCARENHAS	055.184.274-17	02	A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB A ÓTICA DA NOVA HERMENÊUTICA DOS DIREITOS POLÍTICOS
115.	TALITA NUNES DE SOUZA BAÊTA	010.205.064-31	02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DE SUA EFICÁCIA SOCIAL NA BUSCA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS
116.	THIAGO FERREIRA WANDERLEY	034.955.914-78	02	A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA, A LEI ANTICORRUPÇÃO E O <i>COMPLIANCE</i>
117.	TIAGO TUPINAMBÁ FONTES GOMES	012.240.874-88	02	A EXIGÊNCIA DE BONS ANTECEDENTES EM CONCURSOS PÚBLICOS: ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DISCRICIONÁRIOS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS
118.	VAGNER PAES CAVALCANTI FOLHO	034.314.134-55	02	LIMITES CONSTITUCIONAIS À DEFINIÇÃO ESTATAL EM MATÉRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: A LIVRE INICIATIVA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO VETORES CONSTITUCIONAIS



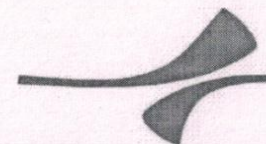
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



119.	ANDRÉ LUIZ FERREIRA SANTOS	871.515.104-20	03	O ART. 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A UNIDADE DO DIREITO PROCESSUAL A SERVIÇO DA APLICAÇÃO SUPLETIVA AO PROCESSO ESPECIAL DO TRABALHO
120.	BRUNO OLIVEIRA DE PAULA BATISTA	008.232.784-09	03	A COISA JULGADA E QA INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO RECONHECIDA NO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL FUNDADO EM LEI OU ATO NORMATIVO CONSIDERADO INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONFORME O NOVO CPC
121.	EDUARDO ÍTALO BASTOS DE OLIVEIRA	033.411.534-54	03	CONFLITOS ENTRE OS PODERES CONSTITUÍDOS: EXECUTIVO X JUDICIÁRIO
122.	GISLAINE ROSÁLIA MIGLIATI	256.346.498-62	03	A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO HIPÓTESE DE REVISÃO DAS DECISÕES ADVINDAS DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NA OCORRÊNCIA DE ALTERAÇÃO CONTEXTUAL RELEVANTE
123.	HÉLDER BRAGA ARRUDA JÚNIOR	658.170.873-91	03	A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE SOB A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
124.	HUGO SOUSA DOS REIS GOMES	072.734.694-67	03	A TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 SOB O ENFOQUE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA JURÍDICA
125.	ISMAR RIBEIRO UCHÔA JÚNIOR	039.368.103-38	03	A REVISÃO DA COISA JULGADA EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: ESTUDO DA RECLAMAÇÃO Nº 4374/PE
126.	JADNEY FLÁVIO DE MELO ARAGÃO	939.988.804-53	03	OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO NA ADPF 54 E A REPERCUSSÃO SOBRE AS DEMAIS ÁREAS DO DIREITO
127.	JOSÉ ROBERTO FERNANDES TEIXEIRA	655.093.155-04	03	LIBERDADE, AUTORREGRAMENTO DAS PARTES NO PROCESSO E A POSIÇÃO DO JUIZ
128.	JULLY MARIANA ARAÚJO DOS SANTOS	076.788.814-60	03	<i>AMICUS CURIAE</i> COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO ÂMBITO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
129.	LAÍS RAMOS BARBOZA	080.946.604-06	03	JURISDIÇÃO BRASILEIRA: A DOGMÁTICA JURÍDICA HERMENÊUTICA E A LEGITIMAÇÃO DA DECISÃO JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO APÓS O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

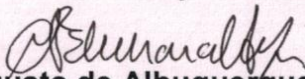


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO – FDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD



130.	MÁRCIO VASCO DA COSTA	025.465.884-94	03	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO: MAIS EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E CELERIDADE NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
131.	MARIA ALINE FARIAS DA SILVA	077.318.314-00	03	CONFLITOS E LUTAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA AGRÁRIA NO BRASIL E SUA APLICABILIDADE NA VARA AGRÁRIA DE ALAGOAS: COM ÊNFASE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988
132.	MARIA BETÂNIA NUNES PEREIRA	662.567.804-00	03	O BRAÇO FORTE DA LEI: O STF E O PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA NOS CRIMES DE BAGATELA
133.	MOACIR ROCHA SANTANA FILHO	093.276.804-05	03	A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA NOVA TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL
134.	PRISCILA DE FÁTIMA BARROS OLIVEIRA	041.511.114-50	03	A APLICAÇÃO DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA EFETIVAÇÃO DE INDENIZAR O PREJUÍZO
135.	ROGERS TENÓRIO DE ANDRADE	774.979.614-20	03	DA (IM) POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL CONTRA ENUNCIADO DE SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE EDITADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
136.	SÍLVIO DE JESUS TELES	033.589.454-21	03	A COAÇÃO NA DELAÇÃO PREMIADA: A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO FUNDAMENTO PARA INVALIDAÇÃO DO ACORDO VICIADO
137.	SOLANGE CORREIA TENÓRIO COSTA	777.767.204-53	03	SEGURANÇA JURÍDICA, A MÁXIMA EFETIVIDADE EM RELAÇÃO À COISA JULGADA EM DETRIMENTO DO PODER DE FLEXIBILIZAR SENTENÇAS
138.	THIAGO ANDRÉ GOMES ANTUNES	091.532.474-18	03	AS DECISÕES JUDICIAIS NO NEOCONSTITUCIONALISMO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Maceió, 11 de janeiro de 2016.


Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt Júnior
Coordenador do Mestrado em Direito/PPGD

Prof. Dr. Marcos Ehrhardt Jr
Coordenador PPGD / FDA / UFAL
Sispe 3497763